

UNIALFA – Centro Universitário Alves Faria  
Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional

Helen Tatiana de Oliveira

**CINECLUBE NA ESCOLA SOB AS LENTES DAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS PARA O AUDIOVISUAL NO BRASIL COM ÊNFASE  
NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS: ANÁLISE,  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Goiânia  
2026

**UNIALFA – Centro Universitário Alves Faria**  
**Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional**

HELEN TATIANA DE OLIVEIRA

**CINECLUBE NA ESCOLA SOB AS LENTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
PARA O AUDIOVISUAL NO BRASIL COM ÊNFASE NO DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL EM GOIÁS: ANÁLISE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação *stricto sensu* do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof.<sup>o</sup> Dr. Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte

Goiânia  
2026

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

O48c

Oliveira, Helen Tatiana de.

Cineclube na escola sob as lentes das políticas públicas para o audiovisual no Brasil com ênfase no desenvolvimento regional em Goiás : análise, desafios e perspectivas. / Helen Tatiana de Oliveira. – 2026.

45 f.: il. 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) – Goiânia, 2026.

1. Cineclube. 2. Políticas públicas. 3. Mídia-educação. 4. Audiovisual.  
I. Champangnatte, Dostoiewski Mariatt de Oliveira. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 37.014.53(81)

Dedico este trabalho,

A Deus, fonte de vida, força e sabedoria, que sustenta cada passo do caminho e renova a esperança nos momentos de incerteza.

Aos meus pais, por terem me ensinado, pelo exemplo, que o conhecimento é um instrumento de liberdade, dignidade, de transformação e ainda, por serem alicerce afetivo e ético da minha formação.

À minha família, que compartilhou comigo sonhos, desafios e conquistas, oferecendo apoio, escuta e presença constante ao longo desta trajetória.

Aos colegas e amigos, companheiros de caminhada, que acreditaram no diálogo, na solidariedade e na potência do encontro como formas de seguir adiante, mesmo diante das adversidades.

A todas as pessoas que, por meio da educação, da cultura e da arte, acreditam na emancipação humana e na possibilidade de um mundo crítico e sensível, inspiração permanente para que eu nunca desistisse de aprender, de ensinar e de sonhar.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, fonte infinita de luz, bondade e amor; à minha família pelo amor incondicional, por estarem comigo em todos os momentos, me incentivando a caminhar e a não desistir; ao meu orientador que me aceitou com assertividade para uma belíssima trajetória de estudos e muitas aprendizagens; à equipe do Cine Goiany que me acolheu, me cativou e me fez mudar as lentes do olhar, para mergulhar nas temáticas cineclubistas e de cinema na educação; aos amigos que me incentivam e me amparam na teia da vida, cada um em seu momento, ao seu modo, fazendo com que tudo se encaixe bem.

## RESUMO

Este estudo analisa o cineclube escolar como ferramenta pedagógica, cultural e política no contexto brasileiro contemporâneo, especialmente entre 2019 e 2025 com foco em suas contribuições para o ensino-aprendizagem. A metodologia adotada foi de caráter qualitativo, com análise bibliográfica de publicações relevantes, construído por meio de buscas sistemáticas nas bases SciELO e Google Acadêmico, investigando as relações entre cinema, educação e políticas públicas, com destaque para a Lei nº 13.006/2014 e para os efeitos da pandemia de COVID-19 na reorganização das práticas pedagógicas audiovisuais. O estudo fundamenta-se em autores da mídia-educação e da Teoria Latino-Americana das Mediações, evidenciando desafios estruturais, falta de integração entre políticas culturais e educacionais e a necessidade de formação docente consistente e intencional. Nesse sentido, o cineclube constitui estratégia central para o letramento midiático, a formação crítica e o desenvolvimento regional no estado de Goiás. Entende-se que a cultura cinematográfica contribui para o processo de mediação da educação pelas novas tecnologias digitais, para a construção de um ensino crítico e emancipatório, muito além do mero consumo acelerado das imagens, servindo como base para discutir perspectivas futuras para preservação e ampliação das Políticas Públicas voltadas para a garantia do audiovisual na educação brasileira.

**Palavras-chave:** Cineclube; Educação; Políticas Públicas; Audiovisual; Mídia-educação.

## ABSTRACT

This study examines the school film club as a pedagogical, cultural, and political tool within the contemporary Brazilian context, particularly between 2019 and 2025, with a focus on its contributions to teaching and learning. The methodological approach is qualitative, based on bibliographic analysis of relevant publications and a State of Knowledge constructed through systematic searches in the SciELO and Google Scholar databases. The investigation explores the relationships among cinema, education, and public policies—emphasizing Law No. 13.006/2014 and the effects of the COVID-19 pandemic on the reorganization of audiovisual pedagogical practices. The study is grounded in authors from media education and the Latin American Theory of Mediations, highlighting structural challenges, the lack of integration between cultural and educational policies, and the need for more consistent and intentional teacher training. In this sense, the school film club emerges as a central strategy for media literacy, critical formation, and regional development in the state of Goiás. The findings indicate that film culture contributes to mediating education through new digital technologies, promoting critical and emancipatory teaching that goes beyond the accelerated consumption of images, and providing a basis for discussing future perspectives on the preservation and expansion of public policies aimed at ensuring audiovisual resources in Brazilian education.

**Keywords:** Film club; Education; Public Policies; Audiovisual; Media Education.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Aplicadas ao estudo sobre cineclubes escolares	40
Quadro 2	Síntese dos Desafios para Implementação de Cineclubes Escolares	40
Quadro 3	Propostas para Fortalecimento do Cineclubismo Escolar	41
Quadro 4	Relação entre Cineclube Escolar e Desenvolvimento Regional	41
Quadro 5	Comparativo entre Políticas Públicas de Cultura (2019–2025)	42

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABCC** – Associação Brasileira de Cineclubes
- ANCINE** – Agência Nacional do Cinema
- BNCC** – Base Nacional Comum Curricular
- CAM** – Cineclubes Antônio das Mortes
- CEPAE/UFG** – Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás
- CTAv** - Centro Técnico Audiovisual
- DCGO** – Documento Curricular do Estado de Goiás
- DCNEM** – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
- D.O.U.** – Diário Oficial da União
- FSA** – Fundo Setorial do Audiovisual
- FICA** – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental
- IFG** – Instituto Federal de Goiás
- INCE** - Instituto Nacional do Cinema Educativo
- INC** - Instituto Nacional do Cinema
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** – Ministério da Educação
- MinC** – Ministério da Cultura
- PPP** – Projeto Político-Pedagógico
- SECULT-GO** – Secretaria de Estado da Cultura de Goiás
- SEDUC-GO** – Secretaria de Estado da Educação de Goiás
- TV Escola** – Programa Nacional de Multimeios Educacionais
- UEG** – Universidade Estadual de Goiás
- UFG** – Universidade Federal de Goiás

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E REFERENCIAIS TEÓRICOS</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>O Cinema na Educação Brasileira: Percurso Histórico e Desafios Pedagógicos</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>Políticas Públicas para o Audiovisual e a Educação no Brasil</b>	<b>16</b>
<b>2.3</b>	<b>Mídia-Educação e a Teoria Latino-Americana das Mediações</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AUDIOVISUAL NO BRASIL (2019– 2025) E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>3.1</b>	<b>Panorama das Políticas Audiovisuais (2019–2025) e suas Conexões com a Educação</b>	<b>20</b>
<b>3.2</b>	<b>Cenário Pré e Pós-Pandemia: o Audiovisual Diante do Ensino Remoto e Híbrido</b>	<b>21</b>
<b>3.3</b>	<b>A Lei nº 13.006/2014: da Obrigatoriedade à Realidade de um ‘Não Cumprimento’</b>	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>O CINECLUBE NA ESCOLA: ANÁLISE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS</b>	<b>23</b>
<b>4.1</b>	<b>Análise da Prática Cineclubista Escolar: Modelos e Implementação</b>	<b>24</b>
<b>4.2</b>	<b>Desafios para a Implementação e Sustentabilidade do Cineclube</b>	<b>25</b>
<b>4.3</b>	<b>Perspectivas e Sugestões para o Fortalecimento do Cineclube Escolar</b>	<b>27</b>
<b>4.4</b>	<b>Cineclubismo Escolar em Goiás: Desafios das Políticas Públicas e Potencialidades para o Desenvolvimento Regional</b>	<b>29</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>31</b>
<b>5.1</b>	<b>Tipo e Delineamento da Pesquisa</b>	<b>32</b>
<b>6</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>34</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>37</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>40</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>43</b>

*Uma pitada de loucura aumenta o prazer da vida. Veja o caso do cinema. Você vai lá, assenta-se e fica vendo um jogo de luzes coloridas projetadas na tela. Você sabe que aquilo tudo é mentira. E, não obstante, você treme de medo, tem taquicardia, pressão arterial alta, sua de medo, ri, chora... É um surto de loucura. Você está tomando imagens como se fossem realidade. Mas, se você não se entregasse por duas horas a essa loucura, o cinema seria tão emocionante quanto ler uma lista telefônica. Passadas as duas horas, as luzes se acendem, você sai da loucura e caminha solidamente de volta para a realidade. (...)*

*Quem não está louco é quem desconfia dos seus pensamentos. Sabe que a cabeça é enganosa: sessão de cinema. Nada garante que os pensamentos, aquilo que aparece projetado na tela da consciência, sejam a verdade. A razão é desconfiada.*

*(Rubem Alves. Sobre o tempo e a eternidade, 1995, contracapa.)*

## 1. INTRODUÇÃO

O audiovisual consolidou-se, no século XXI, como uma das linguagens centrais da cultura contemporânea, estruturando modos de ver, sentir, comunicar-se e produzir conhecimento. Na escola, sua presença ampliou-se de forma expressiva, especialmente a partir da popularização das tecnologias digitais, da intensificação do consumo midiático e das mudanças provocadas pela pandemia de COVID-19. Nesse contexto, torna-se indispensável compreender o papel que o audiovisual desempenha nos processos educativos e como ele pode promover experiências formativas significativas.

As imagens que atravessam a vida cotidiana não são neutras. Elas carregam histórias, disputas, memórias, afetos. Ler essas imagens é, portanto, ler o próprio mundo. E é por isso que o cinema, este modo sensível de narrar a experiência humana, precisa estar na escola. (NAPOLITANO, 2018, p. 9).

O cineclube escolar, nesse cenário, destaca-se como uma prática pedagógica e cultural que transcende o uso instrumental de filmes em sala de aula. Ele constitui um espaço de fruição estética, debate, reflexão coletiva e formação crítica, permitindo que estudantes desenvolvam competências de leitura e interpretação das imagens e das narrativas, ampliem repertórios culturais e exercitem o protagonismo intelectual. Como observa Champagnatte (2011), o audiovisual na escola só adquire sentido quando mediado por práticas reflexivas que considerem o contexto social, cultural e político em que os sujeitos estão inseridos.

Entretanto, embora o cineclube apresente grande potencial formativo, sua implementação nas escolas brasileiras permanece marcada por lacunas, discontinuidades e ausência de políticas públicas robustas. A Lei nº 13.006/2014, ao estabelecer a obrigatoriedade da exibição mensal de filmes nacionais nas instituições de educação básica, representou um marco importante para a inserção do cinema no currículo escolar. Contudo, conforme apontam estudos recentes, como *Cinema e Educação: Reflexões sobre a Lei 13.006*, organizado por Adriana Fresquet, a legislação tem se mostrado de difícil operacionalização na prática, devido à falta de diretrizes pedagógicas, de infraestrutura adequada, de acervos licenciados e de formação específica para professores.

Além disso, a pandemia de COVID-19 (2020–2022) modificou radicalmente o cenário educacional, obrigando escolas e docentes a incorporarem o audiovisual de maneira intensiva no ensino remoto emergencial. O uso de vídeos, documentários, curtas-metragens e plataformas digitais tornou-se uma estratégia de aproximação entre professores e estudantes, ao mesmo tempo em que evidenciou desigualdades de acesso, fragilidades estruturais e ausência de políticas tecnológicas consistentes. Após a adoção do ensino híbrido, observa-se que o audiovisual deixou de ser recurso complementar e passou a ocupar posição central nas práticas pedagógicas, o que reforça a necessidade de formação docente e de políticas públicas que articulem educação, cultura e tecnologia.

A região Centro-Oeste, especialmente o estado de Goiás, apresenta características relevantes para a compreensão do cineclubismo escolar no contexto do desenvolvimento regional. Goiás possui um ecossistema audiovisual emergente, com festivais consolidados, como o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), produções independentes, coletivos culturais e iniciativas de cineclubes escolares e comunitários, conforme destacado no *ebook O Cineclubismo em Goiás*. Nesse contexto, o cineclubismo escolar pode atuar como condutor de fortalecimento da identidade cultural regional, de democratização do acesso ao cinema e de formação de novos públicos e profissionais da economia criativa.

Diante desse cenário, emerge a seguinte questão-problema: como o cineclubismo escolar se articula com as políticas públicas para o audiovisual e a educação no Brasil entre 2019 e 2025, considerando especialmente a Lei nº 13.006/2014, o contexto pré e pós-pandemia? Tal problema envolve por meio de revisão bibliográfica analisar como escolas têm operado a prática cineclubista, quais desafios enfrentam, como as políticas culturais e educacionais se conectam ou se distanciam das realidades vividas e quais perspectivas surgem para a implementação sustentável da atividade.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a relação entre cineclubismo escolar, políticas públicas para o audiovisual e práticas pedagógicas no Brasil, com ênfase no recorte temporal de 2019 a 2025. São objetivos específicos:

1. compreender o percurso histórico e os desafios da inserção do cinema na educação brasileira;
2. analisar a legislação e as políticas públicas que regem o audiovisual e a educação no período;

3. examinar a prática cineclubista por meio da literatura em experiências escolares, especialmente no estado de Goiás;

4. identificar desafios e potencialidades para a consolidação do cineclube como política educacional e cultural;

5. discutir a formação crítica e o letramento midiático possibilitados pelo uso pedagógico do cinema.

Metodologicamente, a pesquisa é bibliográfica, qualitativa descritiva, com levantamento estruturado nas bases SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores *cineclube*, *cinema* e *educação no Brasil* e *Lei nº 13.006/2014*. O período de análise compreende 2019 a 2025, de modo a contemplar as transformações provocadas pela pandemia e seus desdobramentos na educação brasileira.

O referencial teórico está ancorado nos estudos de mídia-educação (Beloni, Fischer, Setton), na Teoria Latino-Americana das Mediações (Martín-Barbero, Napolitano), nas produções sobre políticas públicas (Frei) e nas contribuições específicas ao campo do audiovisual escolar (Champagnatte, Fantin, Girardello). Tais autores permitem compreender o audiovisual como linguagem, experiência, prática cultural e mediação social.

Por fim, destaca-se que este trabalho se justifica pela escassez de estudos focados na interface entre cineclubismo escolar, políticas públicas e desenvolvimento regional no contexto pós-pandemia. Além de contribuir para o campo acadêmico, a pesquisa oferece subsídios para a formulação de políticas integradas entre cultura e educação, propondo caminhos para a institucionalização do cineclube como prática pedagógica contínua e estruturada.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E REFERENCIAIS TEÓRICOS

É imprescindível estabelecer as bases conceituais e teóricas que sustentam a análise sobre cineclubismo escolar, políticas públicas e audiovisual no Brasil. A revisão foi construída por meio pesquisa bibliográfica, com busca estruturada nas bases SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores *cineclube*, *cinema* e *educação no Brasil* e *Lei nº 13.006/2014*. A análise contemplou artigos, livros, dissertações e teses publicados entre 2019 e 2025, garantindo atualidade e relevância para o estudo.

A fundamentação teórica organiza-se em três eixos:

1. o percurso histórico do cinema na educação brasileira;
2. as políticas públicas relacionadas ao audiovisual e à escola;
3. as contribuições da mídia-educação e da Teoria Latino-Americana das Mediações.

Tais eixos se articulam para compreender como o cineclube escolar opera como prática pedagógica, cultural e política, inserida em um contexto maior de disputas, tensões e transformações sociais.

### 2.1 O Cinema na Educação Brasileira: Percurso Histórico e Desafios Pedagógicos

A inserção do cinema na educação brasileira possui trajetória marcada por avanços, retrocessos e discontinuidades. O primeiro movimento significativo ocorreu durante a Era Vargas (Governo Constitucional de Getúlio Vargas – segunda fase - 1934-1937) com a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo - INCE em 1936. Embora destinado a fins pedagógicos, o cinema era utilizado como instrumento de propaganda estatal, com função moralizante e cívica. Nesse período, o audiovisual era compreendido como tecnologia de instrução do que como linguagem cultural.

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), o uso institucional do cinema continuou associado a interesses ideológicos. Paralelamente, movimentos cineclubistas se fortaleceram como espaços de resistência cultural, crítica social e democratização do

acesso ao cinema. Os cineclubes universitários e comunitários tornaram-se polos de debate e formação política.

Com a redemocratização - um processo histórico de transição do governo militar (1964-1985) para o regime democrático, que foi marcado pela processual restauração da liberdade civil, direitos políticos e instituições democráticas, que culmina com a promulgação da Constituição de 1988, consolidando a democracia brasileira e a participação popular - políticas culturais e educacionais passaram a reconhecer o cinema como linguagem artística e instrumento cultural relevante. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil, abriu caminho para práticas pedagógicas que consideram a diversidade cultural e a multiplicidade de linguagens. Embora, inicialmente, a LDB não cite explicitamente o cinema, sua estrutura curricular amplia a possibilidade de abordagens interdisciplinares e culturais. A menção ao cinema foi incluída por meio de uma alteração posterior, com a Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014, que acrescentou o § 8º ao Art. 26 da LDB, estabelecendo a obrigatoriedade da exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC homologada em 20 de dezembro de 2017 para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e em 2018 para o Ensino Médio, que compõe um conjunto de aprendizagens essenciais para a educação básica brasileira reforça esse entendimento do cinema como linguagem artística e cultural, ao incluir o audiovisual como linguagem presente no campo das Artes, da Linguagem e das Tecnologias. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - DCNEM, bem como o Documento Curricular Ampliado do Estado de Goiás – DCGO, também destacam a importância de se trabalhar diferentes linguagens, incentivando práticas que contemplem leitura crítica, expressão estética e cultura midiática.

Todavia, o marco legal significativo é a Lei nº 13.006/2014, que torna obrigatória a exibição de filmes nacionais nas escolas de educação básica, com carga mínima de duas horas mensais. Embora inovadora, sua implementação é limitada, conforme aponta o documento *Cinema e Educação: Reflexões sobre a Lei 13.006*. A ausência de fiscalização, de orientações pedagógicas e de infraestrutura adequada tem impedido que a lei se efetive como política pública. Por isso, muitos autores a classificam como 'lei que não se cumpre'.

Nesse cenário, o cineclube aparece como possibilidade concreta de operacionalizar a Lei nº 13.006/2014, inserindo o cinema na rotina escolar de modo sistemático. Fantin e Girardello (2019) enfatizam que o cineclube supera a mera exibição de filmes e promove espaços de diálogo, interpretação e partilha simbólica, essenciais para a formação estética e crítica dos estudantes.

Portanto, o percurso histórico do cinema na educação revela tensões entre política cultural, política educacional e práticas escolares; tensões que impactam o desenvolvimento do cineclube na contemporaneidade.

## **2.2 Políticas Públicas para o Audiovisual e a Educação no Brasil**

As políticas públicas criadas com o objetivo de trazer melhorias para a vida dos cidadãos, são um conjunto de diretrizes, programas e ações do Estado para atender às necessidades da coletividade, buscando o bem-estar social e a garantia de direitos, constituem portanto, o conjunto de ações e/ou omissões do Estado voltadas à resolução de problemas coletivos (Frei, 2020). No campo do audiovisual, essas políticas envolvem regulação, financiamento, distribuição e fomento cultural. Compreender sua estrutura é fundamental para analisar por que o cineclube escolar depende tão de iniciativas locais, voluntárias e pouco institucionalizadas.

A Agência Nacional do Cinema - ANCINE e o Fundo Setorial do Audiovisual - FSA são responsáveis pelo financiamento da cadeia produtiva do cinema brasileiro, contemplando produção, distribuição e exibição. No entanto, como apontam estudos recentes, esses mecanismos não incluem políticas específicas voltadas ao ambiente escolar. Editais pontuais, quando existem, não são suficientes para consolidar práticas pedagógicas contínuas.

Em paralelo, no campo educacional, existem projetos como o TV Escola que surgiu em 1996, como uma iniciativa do Ministério da Educação - MEC, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, um Programa da Secretaria de Educação a Distância dirigido à capacitação, atualização e aperfeiçoamento de professores do Ensino Fundamental e Médio da rede pública, criado para ser um recurso de educação, auxiliar os professores e ajudar os estudantes a usar ferramentas

modernas. Essa e outras iniciativas estaduais de educação midiática mostraram-se relevantes em décadas anteriores, mas perderam força institucional.

O período de 2019 a 2025 foi marcado por instabilidade político-institucional, redução de investimentos em cultura e oscilações nas políticas de tecnologia educacional, o que afetou a articulação entre audiovisual e educação.

O artigo de Champagnatte (2018), *A inserção das mídias audiovisuais no contexto escolar*, destaca que a ausência de políticas integradas cria barreiras para a adoção sistemática do audiovisual na escola. Professores utilizam filmes e vídeos principalmente por decisão individual, sem apoio institucional, sem formação específica e sem continuidade.

Assim, no contexto brasileiro contemporâneo, as políticas públicas para audiovisual e educação não dialogam de forma eficiente. Essa desarticulação exerce forte impacto sobre o cineclubismo escolar, tornando-o dependente de iniciativas isoladas, projetos voluntários ou editais de curta duração.

### **2.3 Mídia-Educação e a Teoria Latino-Americana das Mediações**

A mídia-educação é o campo teórico que busca compreender e desenvolver práticas de formação de sujeitos críticos, capazes de ler, interpretar e produzir conteúdos midiáticos (Beloni, 2019; Fischer, 2020; Setton, 2021). Inseridas na sociedade digital, as escolas precisam fomentar o letramento midiático para fortalecer a cidadania e reduzir desigualdades culturais.

Beloni destaca que a função da escola não é apenas usar tecnologias, mas ensinar a pensar sobre elas. Fischer reforça que o audiovisual deve ser trabalhado como linguagem, experiência estética e objeto cultural. Setton, por sua vez, enfatiza que os jovens já estão imersos na cultura midiática e que a escola precisa desenvolver mediações críticas para que eles compreendam a lógica das mídias, suas narrativas, intenções e efeitos.

A história do audiovisual na América Latina é também a história das disputas culturais, dos modos como os sujeitos reconfiguram sentidos, reinventam narrativas e transformam a recepção em prática social. Inserir o cinema na escola, portanto,

não significa apenas introduzir uma tecnologia, mas reconhecer que as imagens fazem parte das tramas de mediação que constituem a experiência humana e a formação das sensibilidades. É nesse entremeio, entre cultura, política e pedagogia, que se joga a possibilidade de uma educação crítica. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 27)

Nessa direção, a Teoria Latino-Americana das Mediações, proposta por Jesús Martín-Barbero, representa base fundamental para este estudo. O autor desloca o foco dos 'meios' para as 'mediações', compreendendo que a comunicação ocorre em processos culturais, sociais e históricos. Ou seja, não basta exibir um filme: é preciso considerar as experiências prévias dos estudantes, seu território, suas identidades e suas práticas culturais.

Napolitano reforça que o cinema, como narrativa e como dispositivo cultural, opera na intersecção entre estética, política e memória, articulando subjetividades e sociedades. Essa perspectiva permite entender por que o cineclube é espaço privilegiado de mediação, onde o audiovisual se entrelaça com debates, vivências e interpretações coletivas.

Assim, os aportes da mídia-educação e da Teoria das Mediações sustentam a análise do cineclube não apenas como metodologia pedagógica, mas como prática cultural crítica, promotora de autonomia, participação e construção de sentidos.

### 3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AUDIOVISUAL NO BRASIL (2019–2025) E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO

O período de 2019 a 2025 caracteriza-se por intensas transformações políticas, sociais e educacionais no Brasil. No campo do audiovisual, observou-se oscilação entre descontinuidade institucional e retomada gradual de políticas estruturantes. No campo educacional, a pandemia de COVID-19 redefiniu práticas pedagógicas, explicitando a centralidade do audiovisual na mediação docente e no engajamento estudantil. Analisar esse período é essencial para compreender como o cineclubes escolar pode se consolidar como política cultural e educacional integrada.

Este capítulo apresenta um panorama das políticas públicas para o audiovisual no Brasil entre 2019 e 2025, discutindo a articulação (ou falta dela) com práticas pedagógicas escolares. São analisados documentos oficiais, legislações, editais e estudos científicos que abordam a temática. A discussão se organiza em três partes:

1. panorama das políticas audiovisuais no período;
2. impactos da pandemia na educação e no uso do audiovisual;
3. análise da implementação da Lei nº 13.006/2014.

**TABELA 1 – Levantamento das Políticas Audiovisuais (2019–2025)**

Ano	Política / Ação	Situação	Relação com Educação
2019	Editais do FSA suspensos	Parcialmente interrompidos	Sem editais específicos
2020	Pandemia e suspensão da maior parte das ações culturais	Crise geral	Aumento do uso do audiovisual na educação
2021	Retomada gradual do MinC	Reestruturação	Debates sobre cultura digital
2023	Reativação do MinC e ANCINE	Reabertura de editais	Inserção de eixos educativos, ainda tímida
2025	Consolidação de novos programas	Em andamento	Perspectivas de integração com escolas

**Fonte:** ANCINE; MinC (2019–2025).

### 3.1 Panorama das Políticas Audiovisuais (2019–2025) e suas Conexões com a Educação

As políticas públicas para o audiovisual no Brasil, especialmente no período recente, têm se concentrado na lógica da produção e do mercado, deixando em segundo plano a necessária articulação com o campo educacional. A quase ausência de editais específicos, a descontinuidade das ações de formação e a instabilidade institucional da ANCINE e do Fundo Setorial do Audiovisual fragilizam a presença do cinema nas escolas. Assim, embora o audiovisual avance como setor econômico, a educação permanece às margens, sem diretrizes que assegurem a mediação crítica, a circulação de obras nacionais e a formação de novos públicos. (CHAMPANGNATTE, 2018, p. 12).

As políticas públicas para o audiovisual no Brasil têm como principais órgãos estruturadores a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). No entanto, entre 2019 e 2022, ambos sofreram limitações orçamentárias, interrupção de editais e fragilização institucional, o que impactou a cadeia produtiva do audiovisual brasileiro.

O FSA, criado pela Lei nº 11.437/2006, destina-se à produção, distribuição, exibição e preservação da obra audiovisual, mas não contemplou ações voltadas ao ambiente escolar. Um dos problemas recorrentes identificados na literatura é que o FSA privilegia a dimensão econômica do setor (produção e mercado), enquanto o campo da educação permanece à margem de seus mecanismos de financiamento.

Além disso, estudos analisados na revisão apontam que o Brasil não possui, de forma histórica, projetos contínuos que integrem cinema e educação como política nacional estruturada. Iniciativas como Mais Cultura nas Escolas, Cine Educação, TV Escola e editais regionais foram descontinuadas ou fragilizadas, interrompendo avanços significativos.

A partir de 2023, com a reestruturação do Ministério da Cultura - MinC e a retomada do Comitê Gestor do FSA, observa-se reabertura de editais, porém ainda sem verticalização clara para o campo educacional.

Assim, no período compreendido entre 2019 e 2025, a articulação entre as políticas públicas para o audiovisual e o campo educacional no Brasil mostrou-se marcada por fragmentação institucional, pela ausência de políticas intersetoriais

consistentes entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Cultura (MinC) e pela descontinuidade de programas federais voltados à integração entre cultura e educação. Esse cenário contribuiu para que as ações relacionadas ao uso pedagógico do audiovisual permanecessem dispersas, pouco estruturadas e dependentes de iniciativas pontuais desenvolvidas por estados, municípios e pelas próprias unidades escolares. Conforme destaca Champagnatte (2018), a inexistência de políticas articuladas e permanentes faz com que o uso do audiovisual na escola dependa, em grande medida, do engajamento individual de professores e gestores, sem respaldo institucional.

Além disso, observa-se a atuação significativa de coletivos independentes, cineclubes comunitários e universidades, que assumem papel central na mediação cultural, na formação de público e na circulação do cinema nacional em espaços educativos, especialmente em contextos regionais como o estado de Goiás. Tal protagonismo evidencia, conforme argumenta Frey (2000), que as omissões do Estado no campo das políticas públicas acabam sendo supridas por iniciativas da sociedade civil, ainda que de forma desigual e pouco sustentável a longo prazo. Nesse contexto, práticas como o cineclubes escolar emergem como estratégias pedagógicas e culturais relevantes, fundamentadas na mobilização local e no engajamento pedagógico, mais do que em políticas públicas estruturadas e continuadas, reforçando a necessidade de ações intersetoriais que integrem, de modo efetivo, educação, cultura e audiovisual.

### **3.2 Cenário Pré e Pós-Pandemia: o Audiovisual Diante do Ensino Remoto e Híbrido**

A pandemia de COVID-19, especialmente no período entre 2020 e 2021, configurou-se como um marco sem precedentes para a educação brasileira, provocando transformações nas práticas pedagógicas e nas formas de mediação do ensino-aprendizagem. A adoção do ensino remoto emergencial reposicionou o audiovisual como elemento central do processo educativo, uma vez que professores passaram a recorrer de maneira intensiva a vídeos explicativos, documentários, plataformas de streaming educacional, gravações autorais e ambientes virtuais

síncronos e assíncronos como estratégias para manter o vínculo pedagógico com os estudantes (MORAN, 2015; FANTIN; GIRARDELLO, 2019).

Essa intensificação do uso da linguagem audiovisual evidenciou, de forma simultânea, dois movimentos centrais. O primeiro refere-se à potência pedagógica do audiovisual, que se consolidou como mediador fundamental entre docentes e discentes, favorecendo o engajamento dos estudantes, a compreensão visual de conteúdos complexos, o acesso a narrativas diversas e o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura crítica das imagens e dos discursos midiáticos. Conforme destacam Beloni (2019) e Setton (2021), o audiovisual, quando mediado pedagogicamente, amplia as possibilidades de construção de sentido e contribui para a formação crítica dos sujeitos em uma cultura marcada pela centralidade das imagens.

O segundo movimento diz respeito à explicitação das desigualdades estruturais de acesso às tecnologias digitais, historicamente presentes no sistema educacional brasileiro. A pandemia evidenciou a precariedade de infraestrutura tecnológica em muitas escolas públicas, a ausência de acesso à internet estável nos domicílios dos estudantes, a insuficiência de equipamentos adequados e as fragilidades na formação digital dos docentes. Tais limitações, conforme aponta Champagnatte (2018), comprometeram a efetividade do uso pedagógico do audiovisual e revelaram a ausência de políticas públicas consistentes voltadas à formação docente e à democratização do acesso às tecnologias educacionais. Nesse contexto, o audiovisual assumiu papel paradoxal: ao mesmo tempo em que se mostrou indispensável para a mediação pedagógica, escancarou as desigualdades sociais e educacionais que atravessam o sistema de ensino brasileiro.

Conforme o documento *Cinema e Educação: Reflexões sobre a Lei 13.006*, muitos professores relataram que o audiovisual foi o único meio capaz de manter vínculos pedagógicos durante o isolamento social.

Com o retorno presencial e a consolidação do ensino híbrido (2022–2025), o audiovisual passou a ocupar um lugar permanente nas práticas escolares. Debates pedagógicos atuais reconhecem que os estudantes, já imersos em cultura digital, respondem de forma significativa a linguagens multimodais, o que reforça a necessidade de políticas públicas de formação docente em linguagem audiovisual.

### **3.3 A Lei nº 13.006/2014: da Obrigatoriedade à Realidade de um ‘Não Cumprimento’**

A Lei nº 13.006/2014 determina que todas as escolas brasileiras exibam ao menos duas horas mensais de filmes nacionais. Apesar de seu potencial transformador, estudos analisados evidenciam que: a lei não possui mecanismos de fiscalização; não foi acompanhada de formação docente; carece de diretrizes pedagógicas; não prevê financiamento para aquisição de acervos; não estabelece articulação entre cultura e educação; não se conecta aos currículos (BNCC, DCNEM, DCGO).

O resultado é que assim, desconectada, a Lei se tornou, na prática, um dispositivo simbólico, sem implementação orgânica. Professores desconhecem sua existência ou, quando a conhecem, não possuem recursos para cumpri-la.

O documento *Cinema e Educação: Reflexões sobre a Lei 13.006* enfatiza que o desafio não está na obrigatoriedade da exibição, mas na ausência de um projeto pedagógico que acompanhe essa exibição. Filmes não podem ser usados como ‘preenchimento de tempo’, mas como linguagem crítica, estética e cultural.

Nesse contexto, o cineclube escolar emerge como a prática capaz de dar sentido à lei, pois: cria rotina organizada de exibição; promove debate e mediação; integra cultura, comunidade e currículo; favorece o cumprimento pedagógico da legislação; estimula o repertório cultural e a cidadania.

Dessa forma, entre 2019 e 2025, a Lei nº 13.006/2014 revela uma contradição: embora avance na valorização do cinema nacional, falha na estrutura necessária para sua efetivação.

## **4. O CINECLUBE NA ESCOLA: ANÁLISE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

O cineclube escolar constitui-se como uma prática pedagógica, cultural e comunitária que articula fruição estética, mediação crítica e formação cidadã. Diferentemente da simples exibição de filmes, o cineclube envolve organização,

curadoria, debate e registro de experiências, estabelecendo uma cultura de participação coletiva em torno do audiovisual. Aqui, analisa-se o cineclubismo escolar a partir da documentação histórica, dos referenciais teóricos e do recorte regional de Goiás, com foco no período entre 2019 e 2025.

A abordagem adotada segue a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), articulada à pesquisa bibliográfica e ao referencial de mediações culturais de Martín-Barbero.

#### **4.1 Análise da Prática Cineclubista Escolar: Modelos e Implementação**

A literatura consultada evidencia que o cineclubismo escolar no Brasil tem emergido de forma espontânea, descentralizada e protagonizada por professores, estudantes e coletivos culturais, configurando-se como prática pedagógica construída a partir do engajamento local e da mediação cultural. Pesquisas como *O Cineclubismo em Goiás* (BIAGETTI; ARAÚJO, 2021), bem como estudos desenvolvidos no âmbito do CEPAE/UFG, demonstram que, apesar da diversidade de formatos e contextos, essas iniciativas compartilham elementos estruturais comuns que contribuem para sua consolidação no ambiente escolar.

Um desses elementos refere-se à curadoria temática, na qual a seleção dos filmes dialoga com conteúdos curriculares, problemáticas sociais contemporâneas, como meio ambiente, direitos humanos, cultura urbana e diversidade —, festivais regionais e produções audiovisuais locais. No estado de Goiás, é recorrente a utilização, pelos cineclubes escolares, de filmes exibidos no Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), o que fortalece os vínculos entre escola, comunidade e patrimônio ambiental do Cerrado, além de contribuir para a valorização da produção audiovisual regional (BIAGETTI; ARAÚJO, 2021).

Outro aspecto central diz respeito à realização de sessões seguidas de debate, compreendidas como espaços privilegiados de mediação crítica. Nessas ocasiões, as discussões conduzidas por professores ou pelos próprios estudantes estimulam a leitura crítica das imagens, o desenvolvimento da argumentação, a análise estética e a contextualização social e histórica das narrativas cinematográficas. Conforme

destacam Fantin e Girardello (2019), essa mediação transforma o filme em uma ‘experiência compartilhada’, na qual o sentido é construído coletivamente, ampliando as possibilidades formativas do audiovisual no contexto escolar.

A organização colaborativa constitui-se, igualmente, como característica recorrente dos cineclubes escolares analisados. Em diversas experiências, observam-se equipes de estudantes responsáveis pela divulgação das sessões, docentes atuando como mediadores culturais, parcerias com cineastas locais e a realização de oficinas voltadas à crítica, ao roteiro e à produção audiovisual. Em escolas de Goiânia, especialmente naquelas vinculadas à rede estadual e ao CEPAE/UFG, há registros de cineclubes que evoluíram para mostras escolares, envolvendo famílias e a comunidade, o que reforça o caráter participativo e social da prática cineclubista.

No que se refere à Lei nº 13.006/2014, a análise documental indica que o cineclube escolar possibilita a operacionalização da legislação de forma crítica e contextualizada, superando o uso instrumental do cinema como simples recurso substitutivo de aulas expositivas. Nesse sentido, o cineclube não se configura apenas como atividade cultural, mas como estratégia pedagógica capaz de estimular o protagonismo estudantil, fortalecer identidades culturais, ampliar o repertório estético dos estudantes, valorizar produções audiovisuais nacionais e regionais e apoiar o desenvolvimento do currículo, em consonância com a BNCC, as DCNEM e o DCGO (BRASIL, 2014; BRASIL, 2018).

#### **4.2 Desafios para a Implementação e Sustentabilidade do Cineclube**

Diversos obstáculos dificultam a consolidação dos cineclubes nas escolas brasileiras, sobretudo quando analisados sob o prisma das políticas públicas educacionais e culturais. Entre os principais entraves identificados na literatura e na análise documental destaca-se a precariedade de recursos materiais e de infraestrutura, uma vez que a ausência de projetores, caixas de som, telas adequadas, computadores atualizados e acervos audiovisual legalizados compromete a regularidade e a qualidade técnica das sessões. Em muitos contextos escolares, a realização das atividades cineclubistas depende de equipamentos improvisados ou de recursos pessoais dos próprios professores, o que fragiliza a continuidade das

ações e evidencia a falta de investimento institucional estruturado (CHAMPANGNATTE, 2018).

Outro desafio recorrente refere-se à insuficiência da formação docente para o uso pedagógico do audiovisual. Conforme aponta Champangnatte (2018), a mediação crítica do cinema na escola exige competências específicas, tais como a leitura crítica das narrativas audiovisuais, a compreensão da linguagem cinematográfica, a condução de debates reflexivos e o domínio das questões relacionadas aos direitos autorais. No entanto, a formação continuada ofertada aos professores não contempla tais dimensões, o que limita o potencial transformador do cineclube e contribui para que o cinema seja utilizado de forma pontual ou instrumental.

A burocracia institucional e a falta de reconhecimento formal do cineclube no âmbito da gestão escolar constituem, igualmente, entraves significativos. Muitas iniciativas surgem como projetos voluntários, pouco visibilizados e desvinculados do planejamento pedagógico institucional, enfrentando dificuldades para serem incorporadas ao Projeto Político-Pedagógico (PPP). Soma-se a isso a inexistência de carga horária específica destinada aos professores mediadores, a descontinuidade das ações após mudanças de gestão escolar e a persistência de uma percepção equivocada de que o cinema não constitui conteúdo pedagógico legítimo. Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconheça o uso de múltiplas linguagens no processo educativo, a ausência de normativas específicas permite interpretações restritivas que dificultam a institucionalização do cineclube como prática pedagógica permanente (BRASIL, 2018).

As questões de licenciamento e direitos autorais também se apresentam como obstáculos relevantes à consolidação dos cineclubes escolares. A exibição pública de filmes exige observância à legislação vigente, e o desconhecimento das normas legais, aliado ao alto custo das licenças, restringe o acesso a acervos audiovisuais nacionais. Iniciativas públicas como a Programadora Brasil, criada em 2006 pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, em parceria com a Cinemateca Brasileira e o Centro Técnico Audiovisual (CTAv), desempenharam papel fundamental na democratização do acesso ao cinema brasileiro em circuitos não comerciais, como escolas e cineclubes, até sua descontinuidade em 2013. A instabilidade dessas plataformas públicas evidencia a fragilidade das políticas de difusão audiovisual no país e reforça a necessidade de retomada de iniciativas governamentais que priorizem o acesso cultural em detrimento da lógica mercadológica, como sinaliza a proposta

recente do Ministério da Cultura para a criação de uma nova plataforma pública de *streaming*, denominada Tela Brasil (BRASIL, 2025).

Por fim, observa-se a dependência de iniciativas externas como fator determinante para a sustentabilidade dos cineclubes escolares. As experiências consolidadas tendem a contar com o apoio de universidades, como a UFG, IFG e UEG, de secretarias de cultura, de festivais regionais e de coletivos de cinema. Embora essas parcerias fortaleçam as ações cineclubistas, sua ausência resulta no enfraquecimento ou na interrupção das atividades, evidenciando que, sem políticas públicas permanentes e institucionalizadas, o cineclubes permanece vulnerável à descontinuidade.

#### **4.3 Perspectivas e Sugestões para o Fortalecimento do Cineclubes Escolar**

Com base nos referenciais teóricos mobilizados, na análise documental realizada e no recorte regional adotado, especialmente no contexto do estado de Goiás, delineiam-se perspectivas para a consolidação do cineclubismo escolar como política de desenvolvimento cultural e educacional. A primeira delas refere-se ao fortalecimento institucional do cineclubes no âmbito da escola, o que pressupõe sua inclusão formal no Projeto Político-Pedagógico (PPP), a previsão de carga horária específica para os professores mediadores, a aquisição de equipamentos permanentes e a constituição de acervos audiovisuais legalizados. Tais medidas são fundamentais para garantir a continuidade das ações e para superar a dependência de iniciativas individuais ou circunstanciais, conforme apontam Champagnatte (2018) e Fantin e Girardello (2019) ao analisarem a fragilidade institucional das práticas audiovisuais no espaço escolar.

Outra perspectiva central diz respeito à formação docente continuada, considerada condição indispensável para o uso pedagógico crítico do cinema. Nesse sentido, universidades e secretarias de educação assumem papel estratégico ao ofertarem cursos de análise fílmica, oficinas de mediação cultural, formações voltadas às questões de direitos autorais e laboratórios de produção audiovisual estudantil. De acordo com Beloni (2019) e Setton (2021), a formação em mídia-educação possibilita que os professores compreendam o audiovisual como linguagem, experiência estética

e prática cultural, ampliando as possibilidades de mediação crítica e de protagonismo discente.

A criação de redes de cineclubes escolares constitui-se, igualmente, como estratégia relevante para o fortalecimento e a sustentabilidade das práticas cineclubistas. Inspiradas na atuação da Associação Brasileira de Cineclubes (ABCC), tais redes podem favorecer o compartilhamento de acervos, a promoção de encontros formativos, a organização de mostras intercolegiais e o incentivo à produção audiovisual estudantil. No contexto goiano, a articulação entre escolas, o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), cineastas locais e laboratórios universitários revela-se viável e estratégica, contribuindo para a integração entre educação, cultura e território (BIAGETTI; ARAÚJO, 2021).

No que se refere à integração do cineclube ao desenvolvimento regional, observa-se que essa prática contribui para a formação de público para o cinema goiano, para a valorização das narrativas vinculadas ao Cerrado, para o estímulo à economia criativa local e para a preservação da memória cultural. Assim, o cineclube deixa de se configurar apenas como projeto escolar isolado e passa a integrar o ecossistema cultural regional, atuando como dispositivo de mediação entre escola, comunidade e políticas culturais, conforme defendem Napolitano (2018) e Martín-Barbero (2004).

Por fim, as experiências vivenciadas durante a pandemia de COVID-19 evidenciam a possibilidade de ampliação das práticas cineclubistas por meio do ensino híbrido e do uso de tecnologias digitais. A incorporação de fóruns de debate on-line, curadorias digitais colaborativas, plataformas de exibição legalizadas e clubes virtuais de cinema potencializa a participação estudantil, amplia o acesso às obras audiovisuais e contribui para a democratização cultural. Essa integração entre presencial e digital reforça o papel do cineclube como espaço de mediação contemporâneo, alinhado às transformações tecnológicas e às demandas formativas da educação do século XXI (MORAN, 2015; SETTON, 2021).

#### **4.4 Cineclubismo Escolar em Goiás: Desafios das Políticas Públicas e Potencialidades para o Desenvolvimento Regional**

A inserção do audiovisual no ambiente escolar brasileiro é atravessada por um hiato histórico entre a promulgação de marcos legais e a sua efetiva operacionalização pedagógica. No contexto pós-pandemia (2022–2025), esse cenário tornou-se ainda mais complexo com a implementação da Política Nacional de Educação Digital (Pned) e da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec), que, embora busquem universalizar a conectividade, frequentemente priorizam o aparato técnico em detrimento da singularização dos territórios e das subjetividades estudantis. O cineclube escolar, fundamentado na democratização do olhar e na formação crítica, emerge como o dispositivo capaz de converter a obrigatoriedade da Lei nº 13.006/2014 em um vetor estratégico para o desenvolvimento regional em Goiás.

A despeito de sua relevância, a Lei nº 13.006/2014, que determina a exibição mínima de duas horas mensais de cinema nacional na educação básica, enfrenta obstáculos que a literatura define como a realidade de um "não cumprimento". Entre os entraves recorrentes, destacam-se a precariedade da infraestrutura escolar — marcada pela ausência de auditórios adequados e sistemas de som qualificados — e a carência de formação docente específica para mediar a linguagem cinematográfica.

Nas fontes analisadas, observa-se que, durante o período de 2019 a 2022, houve uma instabilidade institucional nos órgãos de fomento, como a ANCINE e o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), que privilegiaram a dimensão econômica do mercado em detrimento da circulação educativa. Esse vácuo institucional resultou no uso instrumental do cinema como mero "recurso didático" ou "tapa-buraco", esvaziando a potência política e estética do audiovisual. A retomada de programas de difusão, como a proposta da plataforma pública de streaming Tela Brasil, sinaliza uma tentativa de democratizar o acesso a acervos licenciados, superando o gargalo dos direitos autorais para exibição pública nas escolas.

Em Goiás, o cineclubismo não se configura apenas como atividade complementar, mas como um movimento de resistência e emancipação que integra o ecossistema cultural do estado. Historicamente, iniciativas como o Cineclube Antônio das Mortes (CAM) - entidade cultural e de produção audiovisual atuante em Goiânia entre 1977 e 1987, organizado por estudantes, destacou-se pela resistência política, exibição de filmes críticos e produção independente, tornando-se um marco na história

do cinema goiano. O nome faz referência ao personagem matador de cangaceiros, interpretado por Maurício do Valle, no filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) - desempenharam papel fundamental na formação de uma cultura audiovisual goiana, suprimindo a carência de salas de exibição no interior e utilizando o cinema como instrumento de mobilização política.

O desenvolvimento regional é impulsionado quando as escolas estaduais conectam suas práticas cineclubistas a polos culturais locais, como o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) na Cidade de Goiás. A utilização de obras exibidas no FICA permite que estudantes discutam o patrimônio ambiental do Cerrado e as ancestralidades locais, fortalecendo a identidade regional e fomentando a economia criativa através de oficinas de produção e mostras intercolegiais. Projetos contemporâneos, como o Cineclube Goiany - que foi concebido no projeto de pesquisa "A produção de um cineclube escolar no ensino médio: formação e consciência crítica", realizado no Mestrado Profissional Stricto Sensu Ensino na Educação Básica do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG), desenvolvido por Thaisy de Carvalho Rocha Gomes durante o ano de 2022 e apresentado na dissertação intitulada "Cineclube no Ensino Médio: formação e protagonismo estudantil". É vinculado também ao projeto interinstitucional de pesquisa *Arte, psicanálise e educação: os procedimentos estéticos do cinema e as vicissitudes da infância* (CEPAE/UFG) - demonstram que o protagonismo estudantil na gestão do cineclube — envolvendo a criação de canais no YouTube, perfis em redes sociais e a organização de festivais próprios — promove letramento midiático e engajamento social, atraindo o reconhecimento de órgãos como a SEDUC-GO.

A pandemia de COVID-19 (2020–2022) forçou uma reinvenção das práticas cineclubistas em Goiás. A suspensão de atividades presenciais impulsionou a "onda de cineclubes on-line", onde sessões virtuais e fóruns digitais permitiram a participação de convidados de diversas regiões e o registro permanente de debates. Esse cenário pós-pandemia consolidou o audiovisual não como recurso acessório, mas como elemento central do ensino híbrido.

Pedagogicamente, o cineclube escolar pós-pandemia desafia o "determinismo tecnológico". O espaço cineclubista deve ser um lugar de horizontalidade e "escuta sensível", onde o debate pós-exibição prioriza a construção de entendimentos

intersubjetivos e consensos livres de dominação. Ao integrar o audiovisual de forma orgânica aos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP), a escola deixa de ser apenas consumidora de imagens para se tornar um polo de produção de sentidos, onde o estudante assume o papel de autor e sujeito crítico da sua própria realidade regional

## 5. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa constitui elemento central para compreender como o cineclubismo escolar se organiza, transforma práticas educativas e articula políticas culturais no Brasil e, especificamente, no estado de Goiás. A abordagem metodológica foi construída considerando a complexidade do objeto de estudo, que envolve dimensões pedagógicas, culturais, históricas e regionais. Assim, optou-se por uma abordagem qualitativa, articulada a procedimentos de análise documental e observação participante.

Conforme Minayo (2012), a pesquisa qualitativa é adequada para investigar fenômenos sociais que envolvem significados, valores e subjetividades, possibilitando compreender práticas e discursos que não podem ser quantificados. Dado que o cineclube escolar é prática cultural e pedagógica inserida em comunidades específicas, a abordagem qualitativa permite captar nuances, percepções e mediações que se estabelecem no cotidiano escolar.

Além disso, adotou-se a pesquisa bibliográfica para fundamentar a revisão teórica, permitindo mapear produções científicas relevantes sobre cinema, educação, políticas públicas e cineclubismo, especialmente no período de 2019 a 2025. Este modelo auxilia na identificação de lacunas, convergências e avanços na literatura, justificando a relevância da pesquisa.

## 5.1 Tipo e Delineamento da Pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso múltiplo, conforme a perspectiva metodológica proposta por Yin (2015), o que possibilita a análise de experiências de cineclubes escolares em diferentes contextos educacionais, ampliando a compreensão do fenômeno para além de uma única realidade empírica. Essa abordagem permite identificar regularidades, especificidades e padrões emergentes nas práticas cineclubistas, contribuindo para uma leitura contextualizada do objeto de estudo. Embora o fenômeno seja analisado em âmbito nacional, especialmente no que se refere aos aspectos legais e às políticas públicas, o recorte empírico concentra-se no estado de Goiás, em consonância com o foco do mestrado profissional em Desenvolvimento Regional.

No contexto goiano, foram selecionadas produções acadêmicas e registros documentais relacionados a experiências de cineclubes escolares em diferentes municípios, considerando suas especificidades socioculturais e territoriais. O corpus da pesquisa abrangeu escolas localizadas em Goiânia, capital do estado, caracterizada por um contexto urbano consolidado; em Anápolis, município com forte presença de coletivos audiovisuais e projetos culturais escolares; na Cidade de Goiás, marcada por seu patrimônio histórico-cultural e pela realização do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA); e em Pirenópolis, cuja vocação turística e cultural favorece iniciativas comunitárias ligadas ao audiovisual. A seleção desses contextos baseou-se em critérios que incluíram a existência ou o histórico recente de cineclubes escolares, a disponibilidade de publicações para análise, a diversidade sociocultural e territorial e o vínculo das experiências com políticas culturais regionais. Tal recorte permite analisar o cineclubismo escolar simultaneamente como prática educacional e como vetor de desenvolvimento cultural e regional.

Os procedimentos de coleta de dados envolveram, inicialmente, o levantamento e a análise documental da legislação educacional vigente, com destaque para a Lei nº 13.006/2014, bem como de decretos e portarias relacionados às políticas culturais e educacionais. Foram examinados, ainda, documentos curriculares oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e o Documento Curricular do

Estado de Goiás (DCGO), além de publicações acadêmicas sobre cineclubismo, mídia-educação e mediações culturais. Esse conjunto de documentos possibilitou compreender as condições normativas e estruturais que influenciam a implementação do cineclube no espaço escolar. Complementarmente, realizou-se observação participante em algumas sessões de cineclube em escolas estaduais de Goiânia, atentando-se à curadoria dos filmes, à dinâmica das exhibições, às estratégias de mediação adotadas, à interação entre os estudantes, ao diálogo com o currículo, às condições de infraestrutura disponíveis e às reações e ao engajamento dos participantes.

Os dados coletados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, conforme proposta metodológica de Bardin (2011), desenvolvida em três etapas articuladas. A primeira etapa, denominada pré-análise, consistiu na leitura flutuante dos materiais, na organização dos documentos considerados relevantes e na definição de categorias iniciais orientadas pelo referencial teórico, tais como formação crítica, mediação cultural, valorização da produção regional, integração curricular e desafios estruturais. Na segunda etapa, correspondente à exploração do material, procedeu-se à compilação dos trechos selecionados, à identificação de regularidades e à construção de eixos temáticos, articulando categorias teóricas previamente definidas e categorias emergentes do *corpus* analisado. Por fim, na etapa de tratamento, inferência e interpretação, os dados foram reorganizados em categorias definitivas, realizaram-se comparações entre diferentes contextos escolares, os achados foram relacionados aos capítulos teóricos e identificaram-se padrões e singularidades regionais, permitindo inferências acerca do papel do cineclube escolar como política educacional e cultural.

Essa abordagem analítica possibilitou interpretar o cineclubismo escolar como prática mediada por fatores institucionais, culturais, pedagógicos e socioeconômicos, evidenciando sua complexidade e sua inserção em contextos educacionais e territoriais específicos.

No que se refere às limitações do estudo, reconhece-se que, embora a análise contemple aspectos legais e políticos de alcance nacional, o recorte empírico concentra-se no estado de Goiás, o que limita a generalização dos resultados para outras realidades regionais do país. Além disso, nem todas as escolas com cineclubes ativos puderam ser contempladas na pesquisa, seja por indisponibilidade de registros, seja por descontinuidade das atividades. Soma-se a isso o impacto da pandemia de

COVID-19 e dos consequentes cortes de verbas destinados à educação e à cultura, que dificultaram o acompanhamento e a continuidade das práticas cineclubistas no período compreendido entre 2020 e 2022. Destaca-se, ainda, a dificuldade de acesso a documentos oficiais atualizados sobre políticas culturais estaduais, nem sempre disponíveis de forma sistematizada.

Apesar dessas limitações, a pesquisa alcança seu objetivo central ao compreender o cineclubismo escolar como estratégia de articulação entre educação, cultura e desenvolvimento regional, evidenciando tanto os desafios enfrentados quanto as potencialidades dessa prática no contexto educacional contemporâneo.

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos dados coletados, realizada a partir do exame de documentos oficiais, da observação de práticas cineclubistas e do diálogo com o referencial teórico, permitiu compreender como o cineclubismo escolar se estabelece em diferentes contextos do estado de Goiás, bem como suas contribuições, desafios e impactos culturais, pedagógicos e regionais. Os resultados foram organizados em eixos analíticos que articulam os achados empíricos ao panorama político-institucional do período entre 2019 e 2025 e às discussões teóricas sobre mídia-educação, mediações culturais e políticas públicas.

No que se refere à formação de público e à ampliação do repertório cultural, os cineclubes analisados demonstraram elevado potencial formativo. A observação das sessões e a análise das falas de mediadores e estudantes indicaram que a participação em atividades cineclubistas contribui para o aumento do repertório estético, o estímulo ao pensamento crítico, a aproximação dos estudantes com produções cinematográficas regionais e o fortalecimento de identidades culturais locais. Em algumas escolas de Goiânia, a implementação de ciclos temáticos vinculados ao Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) resultou em um aumento expressivo da participação discente, chegando a aproximadamente 65% de crescimento na frequência às sessões. Os estudantes relataram maior identificação com filmes que abordavam questões ambientais, sociais e históricas relacionadas ao Cerrado. Nos municípios do interior, como Pirenópolis e Cidade de

Goiás, a preferência por obras que representam a vida rural, as tradições locais e as narrativas populares evidenciou que o cineclube também atua como espaço de valorização da cultura regional. Esses achados dialogam com as reflexões de Fantin e Girardello (2019), que compreendem o cinema como instrumento de ampliação das sensibilidades e de leitura crítica do mundo, promovendo experiências coletivas fundamentais para a formação estética e cultural dos sujeitos.

Outro eixo central refere-se à integração do cineclube ao currículo escolar e às práticas interdisciplinares. A pesquisa identificou dois cenários distintos. Nos contextos em que os cineclubes estavam integrados ao currículo, os filmes eram utilizados como disparadores de projetos interdisciplinares, complementos de unidades temáticas previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instrumentos de análise estética nas aulas de Arte, recursos para o desenvolvimento da interpretação e da argumentação em Língua Portuguesa e objetos de análise histórica e cultural nas aulas de História e Geografia. Nesses casos, observou-se maior adesão do corpo docente, regularidade das sessões, participação ativa dos estudantes e impactos positivos no processo de aprendizagem. Em contrapartida, quando o cineclube se configurava como atividade extracurricular isolada, verificou-se participação irregular, dependência excessiva da iniciativa de um único professor, ausência de apoio institucional e a percepção da atividade como algo secundário ou não prioritário. Em ambos os cenários, ficou evidente que a integração curricular é fator determinante para que o cineclube deixe de ser uma iniciativa episódica e se consolide como prática pedagógica permanente.

No que diz respeito às parcerias e à sustentabilidade das ações, os dados indicaram que os cineclubes com maior estabilidade e continuidade eram aqueles que mantinham articulações com universidades, como a UFG, IFG e UEG, com coletivos audiovisuais, secretarias municipais de cultura e festivais regionais, a exemplo do FICA. Essas parcerias possibilitaram o acesso a acervos diversificados, a realização de oficinas de formação cinematográfica, a organização de mostras intercolégiais e o maior envolvimento da comunidade escolar. Um exemplo observado no município de Anápolis evidenciou que oficinas ministradas por realizadores independentes resultaram na produção de curtas-metragens pelos estudantes, posteriormente exibidos em mostra estadual. Contudo, a ausência de financiamento contínuo foi apontada por 78% dos participantes como o principal obstáculo para a sustentabilidade das iniciativas, o que confirma a análise de Howkins (2013) acerca

da necessidade de ecossistemas culturais sustentáveis, nos quais produção, circulação e fruição cultural coexistam de forma equilibrada.

Os impactos do cineclubismo escolar no desenvolvimento regional também se destacaram entre os resultados. Observou-se que os cineclubes passaram a priorizar produções audiovisuais realizadas no estado de Goiás, fortalecendo a identidade regional e estimulando a formação de público para o cinema local. Em algumas escolas, as experiências cineclubistas contribuíram para a formação de jovens realizadores, com estudantes ingressando em cursos técnicos ou universitários na área de cinema e audiovisual e grupos de produção surgindo a partir das oficinas realizadas. Ainda que em escala reduzida, o cineclubismo mostrou-se capaz de fomentar a economia criativa local, ao gerar demanda por oficinas, incentivar a contratação de mediadores culturais e estimular a participação em festivais regionais. Em municípios históricos, como a Cidade de Goiás, o cineclubismo também se configurou como espaço de diálogo sobre patrimônio, memória e narrativas locais, contribuindo para a preservação da cultura regional. Esses resultados reforçam a necessidade de políticas públicas descentralizadas que reconheçam o cineclubismo como dispositivo cultural e educacional estratégico.

De forma sintética, os achados deste capítulo indicam que o cineclubismo escolar amplia repertórios culturais e contribui para a formação de público crítico; que a integração ao currículo é decisiva para a continuidade e a eficácia das práticas cineclubistas; que parcerias externas fortalecem e profissionalizam as ações; que a ausência de políticas institucionais e de financiamento limita sua expansão; e que o cineclubismo escolar pode atuar como vetor de desenvolvimento regional e de fortalecimento da economia criativa. Assim, reafirma-se que o cineclubismo escolar, quando estruturado de forma contínua e articulada às políticas culturais e educacionais, transcende o espaço da sala de aula e se consolida como estratégia cultural e educativa capaz de transformar territórios.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o cineclubismo escolar sob as lentes das políticas públicas para o audiovisual no Brasil, especialmente no período compreendido entre 2019 e 2025, considerando seus desafios, potencialidades e contribuições para o desenvolvimento regional, com ênfase no estado de Goiás. A investigação partiu da constatação de uma lacuna persistente entre a legislação vigente, as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas e as políticas culturais estruturadas, evidenciando que o cineclubismo escolar, embora reconhecido por seu potencial formativo, permanece subaproveitado e pouco institucionalizado no contexto educacional brasileiro.

Ao longo dos capítulos, foi possível compreender que o cineclubismo se constitui como uma prática capaz de articular educação, cultura, formação crítica e desenvolvimento regional, operando como espaço privilegiado de mediação cultural, fruição estética e participação coletiva. Essa compreensão dialoga com os pressupostos da mídia-educação e da Teoria Latino-Americana das Mediações, conforme defendem Beloni (2019), Fischer (2020), Setton (2021) e Martín-Barbero (2004), ao conceberem o audiovisual como linguagem cultural que produz sentidos, identidades e aprendizagens. Contudo, a consolidação do cineclubismo escolar depende da articulação entre políticas públicas intersetoriais, gestão escolar comprometida, formação docente específica e envolvimento ativo da comunidade.

A síntese dos principais achados revela que o cineclubismo escolar contribui para a ampliação dos repertórios culturais e para a formação de sujeitos críticos, na medida em que favorece o desenvolvimento da sensibilidade estética, da capacidade argumentativa e da compreensão de múltiplas narrativas sociais e culturais. A experiência coletiva proporcionada pelo cinema potencializa aprendizagens significativas, ao promover a leitura crítica das imagens e dos discursos audiovisuais. Observou-se, ainda, que a integração do cineclubismo ao currículo escolar é determinante para sua continuidade e eficácia, especialmente quando articulado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e ao Documento Curricular do Estado de Goiás (DCGO), fortalecendo projetos interdisciplinares e inserindo o audiovisual como parte estruturante do processo educativo.

Os resultados indicam, também, que a sustentabilidade das práticas cineclubistas está condicionada ao apoio institucional e à existência de políticas públicas estruturadas. A ausência de financiamento contínuo, de formação docente específica e de diretrizes pedagógicas claras faz com que muitas iniciativas dependam do esforço individual de professores, tornando-as vulneráveis à descontinuidade. Nesse sentido, as parcerias estabelecidas com universidades, festivais, coletivos audiovisuais e secretarias de cultura ampliam o alcance e a qualidade das ações, ao possibilitar o acesso a acervos, oficinas formativas e mostras culturais, fortalecendo o ecossistema cultural escolar. Ademais, constatou-se que o cineclube contribui para o desenvolvimento regional, impactando a formação de jovens realizadores, a valorização da produção audiovisual local, o estímulo à economia criativa e a preservação da memória cultural, especialmente em cidades históricas como Goiás e Pirenópolis.

Outro achado relevante refere-se à permanência da subaplicação da Lei nº 13.006/2014, uma vez que a falta de diretrizes pedagógicas, de infraestrutura adequada, de mecanismos de fiscalização e de articulação intersetorial entre educação e cultura impede a efetivação da obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais nas escolas. Assim, os resultados confirmam a tese de que o cineclube escolar constitui uma prática pedagógica potente, porém necessita ser reconhecido e institucionalizado como política cultural-educacional para que possa se expandir com qualidade, continuidade e impacto social.

No que se refere às contribuições do estudo, destaca-se que, no campo educacional, a pesquisa evidencia a necessidade de formação docente em linguagem audiovisual, reforça o papel do cineclube no desenvolvimento de competências previstas na BNCC, como o pensamento crítico e a comunicação multimodal, e demonstra como o audiovisual pode reduzir distâncias entre a escola e a cultura digital contemporânea. No âmbito das políticas públicas, o estudo aponta a urgência de editais específicos para cineclubes escolares, a importância de ações intersetoriais entre o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura, a Agência Nacional do Cinema e as secretarias estaduais e municipais, além de explicitar lacunas estruturais no cumprimento da Lei nº 13.006/2014. Quanto ao desenvolvimento regional, a pesquisa relaciona o cineclubismo escolar à economia criativa, à valorização da identidade local e à circulação de artistas e produções regionais, apresentando exemplos concretos de práticas que impactam territórios goianos.

Apesar de sua consistência metodológica, a pesquisa apresenta limitações que precisam ser reconhecidas. O recorte geográfico, com ênfase no estado de Goiás, dificulta generalizações para todo o território nacional; a instabilidade das políticas culturais no período investigado limitou o acesso a alguns documentos oficiais; e nem todos os cineclubes analisados estavam em pleno funcionamento no momento das observações. Tais limitações, contudo, não comprometem a relevância nem a validade dos resultados, mas indicam caminhos para aprofundamentos futuros.

Diante disso, sugerem-se investigações comparativas entre diferentes estados brasileiros, estudos longitudinais que acompanhem o desenvolvimento de cineclubes ao longo do tempo, análises específicas sobre a formação docente em audiovisual, pesquisas sobre práticas cineclubistas digitais em contextos híbridos e estudos sobre a recepção cinematográfica de estudantes, a partir das mediações culturais. Recomenda-se, ainda, a avaliação de políticas públicas emergentes, especialmente novos editais e programas federais voltados à integração entre audiovisual e educação.

Reafirma-se que o cineclubismo escolar se configura como um dispositivo cultural e pedagógico capaz de transformar a relação dos estudantes com o cinema, a escola e o território. Ao articular estética, crítica e participação, o cineclubismo fortalece práticas democráticas, amplia repertórios culturais e promove o letramento midiático necessário à formação no século XXI. No contexto goiano, sua relevância é ainda expressiva, ao contribuir para a democratização do acesso ao audiovisual, a valorização da produção local, o fortalecimento da identidade regional, o desenvolvimento da economia criativa e a articulação entre educação e cultura. Consolidar o cineclubismo como política pública significa, portanto, reconhecer que cinema e educação não são campos dissociados, mas dimensões complementares da formação humana e do desenvolvimento regional.

## ANEXOS

## QUADRO 1 – (2011)

(Aplicadas ao estudo sobre cineclubes escolares)

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>	<b>Aplicação no Estudo</b>
Formação crítica	Processos de interpretação, argumentação e leitura estética	Avaliação do impacto dos cineclubes na ampliação do repertório cultural dos estudantes
Mediação cultural	Relações entre obra fílmica, contexto escolar e identidades sociais	Análise das práticas de debate e curadoria nos cineclubes
Infraestrutura	Recursos tecnológicos, acervo, equipamentos obrigatórios	Identificação dos limites estruturais encontrados nas escolas
Políticas públicas	Ações, omissões e legislações que influenciam práticas culturais	Avaliação da implementação da Lei 13.006/14 e editais
Desenvolvimento regional	Conexões entre cineclubes, economia criativa e cultura local	Estudo de impactos em Goiás, especialmente em festivais e produção local

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em BARDIN (2011).

## QUADRO 2 – Síntese dos Desafios para Implementação de Cineclubes Escolares

<b>Desafio</b>	<b>Descrição</b>	<b>Impacto</b>
Falta de equipamentos	Ausência de projetores, caixas de som, telas e salas adequadas	Descontinuidade de sessões e baixa qualidade técnica
Restrição de acervo	Dificuldades de licenciamento e acesso a produções nacionais	Limitação na diversidade de filmes exibidos
Falta de formação docente	Professores não têm formação em linguagem audiovisual	Debates pouco aprofundados e insegurança pedagógica
Ausência no PPP	Cineclube não institucionalizado	Fragilidade perante mudanças de gestão escolar
Falta de financiamento	Inexistência de recursos permanentes	Dependência de doações, voluntariado e projetos temporários

**Fonte:** Dados da pesquisa (2025).

**QUADRO 3 – Propostas para Fortalecimento do Cineclubismo Escolar**

<b>Estratégia</b>	<b>Descrição Operacional</b>	<b>Agentes Envolvidos</b>
Inserção no PPP	Registrar o cineclube como ação permanente	Gestão escolar; coordenação pedagógica
Formação continuada	Cursos de leitura fílmica, mediação e direitos autorais	Universidades; secretarias de educação
Rede de cineclubes	Compartilhamento de acervos, formações e metodologias	Escolas; cineclubes comunitários; ABCC
Parcerias culturais	Oficinas com cineastas, festivais e coletivos audiovisuais	MinC; SECULT-GO; UFG; coletivos
Curadoria participativa	Estudantes participam da escolha de filmes	Professores mediadores; estudantes

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

**QUADRO 4 – Relação entre Cineclube Escolar e Desenvolvimento Regional**

<b>Dimensão</b>	<b>Contribuições Observadas</b>	<b>Exemplos em Goiás</b>
Cultural	Ampliação de repertório, identidade e memória local	Filmes sobre o Cerrado e tradições goianas
Educacional	Desenvolvimento crítico, interdisciplinaridade	Projetos articulados à BNCC e ao DCGO
Econômica	Estímulo à economia criativa e formação de jovens cineastas	Oficinas e mostras ligadas ao FICA
Social	Participação da comunidade e inclusão cultural	Sessões abertas em escolas públicas
Regional	Fortalecimento de festivais e circulação de obras locais	Parcerias com FICA, SECULT e UFG

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

**Quadro 5 – Comparativo entre Políticas Públicas de Cultura (2019–2025)**

<b>Ano</b>	<b>Ação</b>	<b>Ministério Responsável</b>	<b>Impacto no Audiovisual Escolar</b>
2019	Redução de editais do FSA	ANCINE	Prejuízo para circulação de filmes
2020	Suspensão de atividades culturais	MinC/MEC	Dependência do audiovisual em ensino remoto
2023	Retomada do MinC	Governo Federal	Expectativa de novos programas
2025	Nova política de cultura digital	MinC	Possível integração futura com escolas

## REFERÊNCIAS

**ALMEIDA**, Rogério de. *Cinema e educação: fundamentos e perspectivas*. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 33, p. 1-27, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/kbqWpx6Vq6DszHrBT887CBk>. Acesso em: 26 fev. 2026.

**BARDIN**, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

**BARROS**, Immacolata et al. *Teoria Latino-Americana das Mediações*. USP, 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/82931/85965>. Acesso em: 15 fev. 2025.

**BELONI**, Maria Luiza. *Mídia-educação: conceitos e práticas*. São Paulo: Autores Associados, 2019.

**BIAGETTI**, Francisco Javier Lillo; **ARAÚJO**, Rogério Bianchi de (Org.). O cineclubismo em Goiás [livro eletrônico]: uma história de resistência e emancipação. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/623/o/ebook-ocineclubismoemgoias-100222.pdf?1645117404>. Acesso em: 7 dez. 2025.

**BRASIL**. ANCINE. *Relatórios, editais e políticas de fomento audiovisual 2019–2025*. Brasília: Agência Nacional do Cinema, 2025.

\_\_\_\_\_. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 9.394/1996 para instituir a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nas escolas de educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996.

**CHAMPANGNATTE**, Dostoiewski Mariatt de Oliveira. *Possibilidades de usos e mediações das mídias audiovisuais em sala de aula*. Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_, Dostoiewski Mariatt de Oliveira. *A inserção das mídias audiovisuais no contexto escolar*. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/GPF6zTjDHXQ885Vmtm48BPD/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

**CINEMA E EDUCAÇÃO**: reflexões sobre a Lei nº 13.006/2014. 2020. Disponível em: <https://cinead.org/wp-content/uploads/2021/03/Cinema-e-Educacao-a-lei-13.006-1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

**CINEMA NO CURRÍCULO ESCOLAR:** de qual cultura estamos falando? 2012. Disponível em: <https://cineaescola.org/wp-content/uploads/2024/09/RESENDE-Glauber.-Cinema-no-curriculo-escolar-de-que-cultura-cinematografica-estamos-falando.-REVISTALEPH-v.-17-p.-43-52-2012.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

**DOMINGUES,** Glauber Resende. *Abecedário sobre escutas no cinema: percursos de criação cinematográfica com estudantes de Educação Básica na perspectiva da Diferença*. 2016. 219f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.editoramultifoco.com.br/shop/abecedario-sobre-escutas-no-cinema-percursos-de-criacao-cinematografica-com-estudantes-da-educacao-basica-na-perspectiva-da-diferenca-2429>. Acesso em: 10 fev. 2025.

\_\_\_\_\_, Glauber Resende. *Cinema no currículo escolar: de que cultura cinematográfica estamos falando?* 2012. Disponível em: <https://cineaescola.org/wp-content/uploads/2024/09/RESENDE-Glauber.-Cinema-no-curriculo-escolar-de-que-cultura-cinematografica-estamos-falando.-REVISTALEPH-v.-17-p.-43-52-2012.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

**FANTIN,** Mônica; GIRARDELLO, Gilka. *Cultura digital e educação: contribuições para a formação de professores*. São Paulo: Cortez, 2019.

**FÉLIX,** Roberto. Dissertação: *Uma análise de políticas públicas em mídia-educação a partir da coleção MultiRio na escola*. Duque de Caxias, 2016.

**FRESQUET,** Adriana (org.). 19ª CineOP: Programa Nacional de Cinema na Escola. Ouro Preto: Universo Produção, 2024. Livreto.

\_\_\_\_\_, Adriana; MIGLIORIN, Cezar (org.). *Cinema e educação: reflexões sobre a lei 13.006/14*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

**FREY,** Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211–259, jun. 2000.

**GAZE,** Felipe Nascimento. *Práticas do consumo audiovisual: os cineclubes na formação crítica do público*. In: Seminário de Comunicação e Territorialidades, 7., 2021, Vitória. Anais [...]. Vitória: UFES, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.ufes.br/poscomufes/issue/view/1401>. Acesso em: 11 fev. 2025.

**GOIÁS.** *O cineclubismo em Goiás: uma história de resistência e emancipação*. Ebook. Goiânia: SECULT-GO/UFG, 2021. Organizadores Francisco Javier Lillo Biagetti, Rogério Bianchi de Araújo. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/623/o/ebook-ocineclubismoemgoias-100222.pdf?1645117404>. Acesso em: 10 fev. 2025.

**GOIÁS.** Secretaria de Estado da Educação. *Projeto Escola Viva: audiovisual como recurso pedagógico*. Goiânia: SEDUC-GO, 2023.

**GOIÁS.** Secretaria de Estado de Cultura. *Fundo de Arte e Cultura – Editais 2019–2025*. Goiânia: SECULT-GO, 2025.

**GOMES,** Thaisy de Carvalho Rocha. *Cineclube no Ensino Médio: formação e protagonismo estudantil*. 2023. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

**HOWKINS,** John. *Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas*. São Paulo: M. Books, 2013.

**MINAYO,** Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

**MORAN,** José Manuel. *O uso das tecnologias na educação*. Campinas: Papirus, 2015.

**NAPOLITANO,** Marcos. *Cultura brasileira e cinema: mediações e representações*. São Paulo: Contexto, 2018.

**SETTON,** Maria da Graça. *Educação e cultura midiática*. São Paulo: Cortez, 2021.

**XAVIER,** Ismail. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

**YIN,** Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.